

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

1 Informações gerais

A Agroterenas S.A. Cana (a “Companhia” ou “Cana”) tem sede no município de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo, e filiais nos municípios de Santa Cruz do Rio Pardo - SP e Rio Brillhante - MS, tendo como principal atividade a exploração agrícola na modalidade cana-de-açúcar e grãos (soja e amendoim).

A Companhia é fornecedora de cana-de-açúcar para a Raízen S.A. que, em 2019, foi responsável por 67,00% (71,04% em 2018) da receita bruta gerada pela Companhia, mantendo elevado grau de dependência deste cliente.

A Companhia é parte integrante do Grupo Agroterenas ("Grupo Agroterenas" ou "Grupo") que é composto pelas seguintes empresas:

- Agroterenas S.A. Administração e Participações ("Agroterenas Participações")
- Agroterenas S.A. Terras ("Terras")
- Agroterenas S.A. Citrus ("Citrus")
- Agroterenas S.A. Industrial Citrus ("Industrial Citrus")
- Agroterenas Interntational E.C. ("International")

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia, em 25 de julho de 2019.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

3 Mudança nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de abril de 2018:

. CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"

Em substituição a orientação do CPC 38 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, aborda a classificação, mensuração e o reconhecimento de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Companhia avaliou e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras, decorrentes deste aspecto.

. CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes"

Em substituição ao pronunciamento CPC 30 – “Receitas”, assim como as interpretações relacionadas (ICPC 02 e ICPC 11), as alterações abrangem a transferência de controle de bens ou serviços para o cliente para o efetivo reconhecimento da receita, assim tal princípio substituiu o que era previsto até então, o reconhecimento de receita conforme a transferência dos riscos e benefícios.

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. Assim, não há alterações em relação ao reconhecimento e mensuração das receitas da Companhia.

No que se refere à interpretação ICPC 21 - "Transações em moeda estrangeira", que também entrou para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018 e provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira, a Companhia avaliou e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras, decorrentes deste aspecto.

Não há outros pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigendo a partir 2018 que tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

4 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

4.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

4.3 Ativos financeiros

4.3.1 Classificação

A partir de 1º de abril de 2018, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado.
- Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

4.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são reconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. A Companhia não identificou evidência de impairment para os exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018.

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.3.3 Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as categorias de mensuração a seguir:

- **Custo amortizado** - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- **Valor justo por meio do resultado** - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes** – os ativos que são mantidos para a coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

4.3.4 Impairment de ativos financeiros

A partir de 1º de abril de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

4.3.5 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.3.6 Políticas contábeis adotadas até 31 de março de 2018

Conforme permitido pelas regras de transição do CPC 48, a nova norma foi adotada pela Companhia a partir de 1º de abril de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de março de 2018, cujo resumo apresentamos a seguir:

(a) Classificação

Até 31 de março de 2018, a Companhia classificava seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dependia da finalidade para a qual os ativos financeiros eram adquiridos.

(b) Reconhecimento e mensuração

A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do CPC 48.

Subsequentemente, os ativos financeiros eram baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tivesse transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis eram contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas operacionais, líquidas" no período em que ocorressem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda eram vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, eram incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, eram reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

Até 31 de março de 2018, a Companhia avaliava na data de cada balanço se havia evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estava deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros estava deteriorado e as perdas por impairment eram incorridas somente se houvesse evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tivesse um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pudesse ser estimado de maneira confiável.

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante da perda por impairment era mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo era reduzido e o valor do prejuízo era reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tivesse uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment era a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo poderia mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuísse e a diminuição pudesse ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente era reconhecida na demonstração do resultado.

4.4 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo.

O valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos é reconhecido imediatamente no resultado em “Resultado de operações com instrumentos derivativos”.

Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de hedge estão divulgados na Nota 20. Os derivativos são classificados no ativo ou passivo circulante.

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos com o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuações na taxa de câmbio e nos preços das commodities e não são utilizadas para fins especulativos. A Companhia não adota a contabilidade de hedge.

4.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Inicialmente são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos ("PDD"). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

4.6 Estoques

Os estoques demonstrados pelo custo das compras, líquido dos impostos compensáveis, quando aplicáveis, e valor justo dos ativos biológicos na data do corte, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos.

Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques.

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.7 Ativo intangível – softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

4.8 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante da Companhia ou caso existam provisões correspondentes constituídas no passivo não circulante líquido dessas provisões (Nota 21).

4.9 Outros valores e direitos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas do exercício seguinte, ao custo.

4.10 Imobilizado

Veículos e máquinas agrícolas correspondem, substancialmente, aos custos de aquisição de bens utilizados nas atividades agrícolas de plantio, tratos e colheita, demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a estimativa de vida útil dos bens às taxas divulgadas na Nota 17.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 17).

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil líquido, e são incluídos no resultado.

4.11 Ativo biológico

Os ativos biológicos compreendem o plantio e cultivo cana-de-açúcar e grãos e são mensurados ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda, a partir do momento em que possuem transformação biológica significativa. Até essa data, o custo incorrido é considerado como sendo o valor justo do ativo biológico. O ciclo produtivo da cana-de-açúcar tem em média cinco anos após o plantio, e os grãos constituem uma cultura temporária cujo ciclo dura menos de 1 (um) ano.

As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 16.

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo dos ativos biológicos e os custos incorridos com o plantio e tratos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de períodos anteriores, quando aplicável, sendo registrado no resultado do período na rubrica “Variação no valor justo dos ativos biológicos”. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos no momento da colheita é determinado pela diferença entre o seu valor justo nesse momento e o valor justo apurado na última avaliação efetuada.

Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproxima do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou, quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material (basicamente no caso de lavouras plantadas há poucos dias do encerramento das demonstrações financeiras ou culturas de ciclo curto) sendo que, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preços, custos necessários para colocação em condições de venda, taxa de desconto, plano de colheita da cultura e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

O valor justo dos ativos biológicos da Companhia representa o valor dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas pela administração da Companhia.

4.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, se existentes, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGCs).

Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados periodicamente para a análise de uma possível reversão do *impairment*.

4.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, considerando o curto prazo de vencimento, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo e/ou financiamento são reconhecidas como custo da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou toda a dívida seja sacada. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade da dívida, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo e/ou financiamento ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

4.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

4.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda (alíquota de 15% acrescida de alíquota adicional de 10% para o valor que exceder R\$ 240 mil ao ano) e de 9% para a contribuição social.

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os créditos de tributos diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os créditos contra os débitos fiscais correntes e quando os tributos diferidos créditos e débitos se relacionam com os tributos incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

4.17 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia faz contribuições para plano de seguro de pensão em previdência privada, conforme norma interna específica, na modalidade de contribuição definida. A contribuição pode ser contratual e voluntária e a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento após as contribuições já efetuadas. As contribuições são reconhecidas como dispêndio/despesa de benefícios a empregados quando devidas. A Companhia, além desse benefício mencionado, não possui qualquer outro plano de benefício pós-emprego aos empregados.

(b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma regra que leva em conta o lucro atribuível aos colaboradores após certos ajustes.

Adicionalmente, uma provisão é constituída quando há uma obrigação contratual ou uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

4.18 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

4.19 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de produtos

As receitas de vendas são reconhecidas na demonstração do resultado quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos. A entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, os riscos de perda são transferidos para o cliente, o cliente aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescritos ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos. Uma receita não é reconhecida se há incerteza quanto à sua realização.

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Um recebível é reconhecido quando os produtos são entregues, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação se torna incondicional, porque apenas a passagem do tempo é necessária antes de o pagamento ser efetuado.

(b) Componentes de financiamento

A Companhia não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Companhia não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

4.20 Demais receitas e despesas

As demais receitas e despesas são registradas ao resultado do exercício, de acordo com o regime contábil de competência do exercício.

4.21 Arrendamentos

(a) Arrendamentos – Leasings

A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

(b) Arrendamentos agrícolas

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

4.22 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e entraram em vigor para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019:

. CPC 6 - "Operações de Arrendamento Mercantil" – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 6 (R2) substitui o CPC 6 (R1) - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia definiu uma equipe para o projeto que revisou todos os contratos de arrendamentos agrícolas da Companhia durante o último ano em face das novas regras contábeis de arrendamento do CPC 6. A norma irá afetar, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais da Companhia com provável acréscimo do passivo de arrendamento e do ativo pelo direito de uso.

A Companhia pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas).

. ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro: Esclarece a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. Tanto o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro quanto a nova interpretação ICPC 22 se aplicam somente ao Imposto de Renda e Contribuição Social. O ICPC 22 não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras.

A Companhia está avaliando, e até o momento da emissão destas demonstrações financeiras não identificou impactos acerca da referida interpretação da norma.

Não há outras normas CPCs ou interpretações ICPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

5 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

5.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período, estão contempladas a seguir:

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Valor justo do ativo biológico

O valor justo do ativo biológico representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados.

Essa avaliação é realizada conforme orientações do CPC 29, e considera a melhor estimativa da Companhia na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa da cana e da soja, na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, substancialmente, a produtividade estimada dessas lavouras, aos preços futuros estimados dessas *commodities*, aos custos necessários para os tratamentos culturais futuros, ao custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes a colheita dessas *commodities* (Nota 16).

(b) Tributos diferidos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os créditos tributários diferidos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

(c) Revisão da vida útil recuperável do ativo imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

(d) Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

6 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia possui as seguintes diretrizes que orientam suas operações em relação a instrumentos financeiros, as quais estão aprovadas pela Administração:

- (i) Diretriz de crédito e liquidez, que orienta as aplicações do caixa da Companhia, observando riscos das contrapartes, dos instrumentos de créditos e de liquidez, entre outros;

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Diretriz de *hedge* e comercialização, que orienta a administração das exposições da Companhia aos riscos de produção agrícola esperada e sua comercialização, *vis a vis* a adoção de instrumentos de *hedge* de moedas e de *commodities* agrícolas, para a proteção da mesma contra riscos de preço, sempre objetivando proteger a margem operacional da Companhia.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Operações comerciais futuras	Previsão de fluxos de caixa	Contratos futuros a termo
Risco de mercado – volatilidade no preço das <i>commodities</i>	Operações comerciais futuras	Previsão de fluxos de caixa	Contratos futuros a termo
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	<i>Swaps</i> de taxa de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito / <i>ratings</i>
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

6.1 Análise de exposição a riscos

Os riscos de mercado são protegidos de acordo com a estratégia definida na política de gerenciamento de riscos. A Companhia contrata derivativos para reduzir sua exposição aos riscos de mercado.

(a) Risco de mercado – câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais aplicados de ativos ou aumentam os valores devidos de passivos. Esse risco também decorre dos compromissos de venda produtos existentes em estoque ou ainda em formação com preços a serem fixados, preços estes que variam dependendo da taxa de câmbio.

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco de mercado – volatilidade no preço das *commodities*

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nos preços de mercado dos produtos agrícolas.

(c) Risco de mercado –taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de operação para sua proteção. As principais aplicações financeiras são representadas substancialmente por operações lastreadas por CDB, indexadas ao CDI, efetuadas com instituições financeiras de primeira linha e com características de alta liquidez e circulação no mercado.

(d) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A estratégia de caixa da Companhia é a preservação do valor do caixa, sendo assim o caixa está aplicado com liquidez diária, em bancos de primeira linha com taxa de juros atrelada a Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(e) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira da Companhia. A política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro em recebíveis para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos.

A tabela apresentada abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos que são liquidados em uma base líquida pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>
Em 31 de março de 2019			
Financiamentos	184.177	186.558	180.093
Instrumentos financeiros derivativos	1.139		
Fornecedores e outras obrigações	40.837		
Em 31 de março de 2018			
Financiamentos	164.199	157.052	196.864
Instrumentos financeiros derivativos	227		
Fornecedores e outras obrigações	40.360		

6.2 Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos e utilização de instrumentos derivativos

A gestão de riscos financeiros é de responsabilidade do departamento financeiro, o qual avalia a exposição aos riscos de taxa de câmbio e de valor de commodities agrícolas existentes nos ativos, passivos e operações previstas na Companhia.

Com base na exposição a tais riscos, a administração da Companhia avalia a conveniência, custo e disponibilidade no mercado de instrumentos financeiros derivativos que permitam reduzir a exposição a tais riscos. Efetuada tal avaliação, a contratação de instrumentos financeiros derivativos é decidida pela administração dentro dos parâmetros previamente aprovados nas políticas antes referidas.

6.3 Riscos associados a cada estratégia de proteção

A utilização de instrumentos derivativos como estratégia de proteção reduz os riscos de mudanças nos fluxos de caixa decorrentes dos riscos de taxa de câmbio e preços de commodities, porém a variação no valor justo do instrumento contratado pode diferir da variação nos fluxos de caixa ou valor justo dos ativos, passivos ou operações esperadas protegidas, como resultado de diversos fatores tais como, diferenças entre as datas de contratação, datas de liquidação, “spreads” dos ativos e passivos protegidos e as correspondentes pernas dos “swaps”.

No caso das operações de proteção de ativos e passivos já reconhecidos que a Companhia tenha optado por proteger, a administração acredita que os instrumentos financeiros derivativos apresentam um alto grau de proteção para as variações observadas nos ativos e passivos.

No caso da estratégia de proteção de vendas esperadas de commodities ou contas a pagar/receber denominadas em commodities, podem existir diferenças decorrentes de fatores adicionais como diferenças entre o volume a colher estimado e o real, ou diferenças entre as cotações nos mercados internacionais onde os derivativos são cotados e as cotações nos mercados onde as commodities são efetivamente entregues/recebidas pela Companhia. Caso o volume efetivamente colhido resulte inferior ao valor protegido, a Companhia ficará exposta a variações nos preços pelo valor protegido em excesso e vice-versa caso o volume efetivamente colhido seja superior ao valor protegido.

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na medida em que a Companhia não fixe por meio de instrumentos derivativos o preço de venda das commodities, mas estabeleça uma faixa de preços por meio da utilização de opções, o volume de dólares a ser recebido decorrente da venda das commodities e da liquidação das opções é uma faixa de valores. Caso o volume de contratos de venda futura de dólar resulte inferior ao valor recebido, a Companhia ficará exposta a variação na cotação da taxa de dólar pelo valor protegido em excesso e vice-versa caso o volume de contratos de venda futura de dólar resulte superior ao valor recebido.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita ao risco de crédito em relação à contraparte do instrumento financeiro derivativo. A Companhia tem contrato de instrumentos financeiros derivativos em bolsas de valores ou com instituições financeiras ou Companhia “trading” de primeira linha. A Companhia entende que na data do balanço não existem indícios de risco no recebimento dos valores reconhecidos como ativo por seus instrumentos financeiros derivativos.

6.4 Controles sobre utilização de instrumentos derivativos

Os principais controles estabelecidos sobre a utilização de instrumentos derivativos incluem:

- (i) Existência de práticas e diretrizes definidas pela administração da Companhia;
- (ii) Restrição da contração de operações com derivativos por pequeno grupo autorizado;
- (iii) Manutenção de um inventário centralizado de contratos derivativos em aberto sob responsabilidade da área financeira;
- (iv) Monitoramento mensal pela área financeira dos valores justos reportados pelas contrapartes e os valores estimados pela administração;
- (v) Valor justo dos derivativos contratados é obtido de acordo com o mercado onde os mesmos foram contratados e também onde os instrumentos encontram-se inseridos.

6.5 Determinação do valor justo dos instrumentos derivativos

Os instrumentos derivativos cotados em bolsas organizadas (BM&FBovespa) são contabilizadas com base nas cotações vigente na data do balanço. Para determinar o valor justo de derivativos não cotados em bolsas organizadas são utilizadas cotações de operações similares ou informações públicas disponíveis no mercado financeiro e metodologias de avaliação geralmente aceitas e praticadas pelas contrapartes.

As estimativas não garantem, necessariamente, que tais operações possam ser realizadas no mercado aos valores indicados. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação pode ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado.

Os derivativos específicos existentes na Companhia são:

- (i) Swap de taxa de juros – o valor justo também é obtido através de várias fontes de mercado, entre elas BMF (Bolsa de Mercadorias e Futuros), Cetip, bancos locais, além da informação enviada pela própria contraparte da operação.

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.5.1 Instrumentos financeiros derivativos em aberto

Instrumentos financeiros derivativos a mercado (Passivos)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos relacionados a contratos de Swap de taxa de juros que estão reconhecidos pelo valor justo no passivo (Nota 20).

6.5.2 Impacto dos instrumentos no resultado

Os impactos dos instrumentos financeiros derivativos no resultado da Companhia estão destacados em contas específicas na demonstração de resultado ("Resultado financeiro") e são classificados em resultados realizados (correspondente a derivativos já liquidados na data do balanço correspondente, se for o caso) e resultados não realizados (correspondentes a derivativos ainda não liquidados) e por tipo de risco que está sendo protegido.

7 Instrumentos financeiros por categoria

	Nota	2019	2018
Ativo			
Custo amortizado (2018 - empréstimos e recebíveis)			
Caixa e equivalentes de caixa	9	50.963	61.459
Contas a receber	11	44.217	30.223
Aplicações financeiras	10		2.318
Partes relacionadas	13	4.268	4.032
Depósitos judiciais	21	5.607	5.256
Outros valores e direitos		4.346	5.347
		<u>109.402</u>	<u>108.635</u>
Passivo			
Custo amortizado (2018 - outros passivos financeiros)			
Fornecedores	18	17.892	18.259
Empréstimos e financiamentos	19	488.661	468.045
Partes relacionadas	13	18.075	19.363
Outros valores e obrigações		879	853
		<u>525.508</u>	<u>506.520</u>
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	20	1.139	227
		<u>526.647</u>	<u>506.747</u>

8 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é garantir o crescimento contínuo do negócio balizado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento dos índices de alavancagem financeira, do Grupo Agroterenas em nível consolidado.

Estes índices correspondem à Dívida líquida pelo EBITDA, a dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. Também são avaliados o índice da Dívida Bruta pelo Patrimônio Líquido, pelo Ativo Total, também demonstrado no balanço patrimonial.

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Caixa e equivalentes de caixa

<u>Modalidade</u>	<u>Rendimentos</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e bancos		1.098	72
CDB - Certificados de Depósitos Bancários e Debêntures (i)	60% - 98% CDI	<u>49.865</u>	<u>61.387</u>
		<u>50.963</u>	<u>61.459</u>

(i) Aplicações financeiras remuneradas por Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez abaixo de 90 dias e sem risco de alteração significativa de valor. A Companhia pode resgatar imediatamente essas aplicações sem ônus ou restrição.

10 Aplicações financeiras

Em 2018, o montante no ativo não circulante referia-se, substancialmente, a depósitos de longo prazo com vencimento em 2019, que foram realizados junto ao Banco do Brasil, e possuíam rendimentos mensais atrelados de 90% a 95% do CDI.

11 Contas a receber

A Companhia possui contas a receber, com vencimentos inferiores a três meses e seu valor justo se aproxima do valor contábil nas datas apresentadas.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil do contas a receber. A Companhia não mantém nenhum título como garantia.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contas a receber	<u>44.217</u>	<u>30.223</u>
	<u>44.217</u>	<u>30.223</u>

Em 31 de março de 2019 e 2018, a Companhia não possuía valores a receber com baixa expectativa de realização ou que estivessem vencidos e, portanto, não foi constituída provisão para devedores duvidosos.

12 Adiantamentos de clientes

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Adiantamentos de clientes	<u>124.157</u>	<u>39.634</u>
Circulante	<u>(36.791)</u>	<u>(21.155)</u>
Não circulante	<u>87.366</u>	<u>18.479</u>

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição por vencimentos:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
2020		6.229
2021	35.532	6.250
2022	20.429	6.000
2023	19.346	
2024	12.059	
	<u>87.366</u>	<u>18.479</u>

13 Saldos e transações com partes relacionadas

	<u>Acionista</u>	<u>Holding</u>	<u>Citrus</u>	<u>Industrial</u>	<u>Terras</u>	<u>Total</u>	
						<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo							
Circulante							
Contas a receber	1.318			165		1.483	1.247
Não circulante							
Mútuo a receber		2.785				2.785	2.785
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		61	6.828		307	7.196	5.737
Dividendos propostos		1.000				1.000	1.000
Não circulante							
Mútuos a pagar			9.879			9.879	12.626
Patrimônio líquido							
Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 20 (d))							53.312
Transações							
Despesa financeira juros de mútuos			84			84	1.362

Os saldos de contas a pagar e contas a receber entre as partes relacionadas referem-se substancialmente a gastos de serviços compartilhados entre as mesmas. Os saldos com partes relacionadas não têm prazo de vencimento definido, as quais são realizadas conforme condições negociadas entre as partes.

14 Estoques

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Insumos	26.594	18.810
Materiais diversos - peças e outros	12.645	13.897
Combustíveis e lubrificantes	1.386	1.931
Outros	1.281	1.484
Provisão para perdas nos estoques	(554)	(711)
	<u>41.351</u>	<u>35.411</u>

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Impostos a recuperar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Impostos federais (IPI, IRPJ, INSS e IRRF)	4.210	3.731
Impostos estaduais (ICMS) (i)	<u>26.456</u>	<u>21.811</u>
	30.666	25.542
Circulante	<u>(4.224)</u>	<u>(4.249)</u>
Não circulante	<u>26.442</u>	<u>21.293</u>

(i) Refere-se a crédito de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”), oriundo das entradas de insumos e combustíveis, acumulado devido ao diferimento na venda da cana-de-açúcar. A companhia tem adotado a Portaria CAT 83/2009, para aproveitamento de tais créditos, que ao serem analisados e deferidos pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, estes poderão ser utilizados para aquisição de ativo imobilizado, compra de insumo agrícolas ou venda dos referidos créditos.

Os tributos a recuperar foram classificados entre circulante e não circulante em função da expectativa de realização desses tributos pela administração da Companhia, mediante a compensação com futuros débitos desses tributos.

16 Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo de cana-de-açúcar para abastecimento de matéria-prima na produção de açúcar e etanol de seus clientes e grãos (soja). Em 31 de março de 2019, a Companhia possui, entre áreas de terras próprias e arrendadas em desenvolvimento (cana em pé), 66.013 mil hectares (2018 – 67.910 mil hectares).

Os custos estimados para esse tipo de cultura contemplam: (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica dos ativos biológicos (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com Colheita, Transbordo e Transporte (CTT); (iii) custos de capital (equivalentes a arrendamento de terras e de máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz (“soqueira”) continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais cinco safras.

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta de produção), e lavouras de soja que são culturas temporárias e, portanto, não estão classificadas como planta de produção.

As plantas de produção e as terras próprias em que as lavouras estão plantadas são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor acumulado do CONSECANA - SP, acumulado do mês e ajustado na liquidação da safra.

A movimentação dos ativos biológicos nos exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018 está abaixo demonstrada:

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Cana</u>	<u>Grãos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de março de 2017	279.355	5.875	285.230
Variação no valor justo (<i>fair value</i>) menos custos estimados de venda (i)	(11.191)	933	(10.258)
Acréscimo relativo a tratamentos culturais	90.441	2.471	92.912
Redução relativa às vendas e colheitas	(102.733)	(5.875)	(108.608)
Saldo em 31 de março de 2018	<u>255.872</u>	<u>3.404</u>	<u>259.276</u>
Variação no valor justo (<i>fair value</i>) menos custos estimados de venda (i)	10.779	231	11.010
Acréscimo relativo a tratamentos culturais	102.645	7.822	110.467
Redução relativa às vendas e colheitas	(90.617)	(3.404)	(94.021)
Saldo em 31 de março de 2019	<u>278.679</u>	<u>8.053</u>	<u>286.732</u>

(i) Refere-se a valorização do ativo biológico no exercício, líquido da baixa do valor justo acumulado no final do exercício anterior que é no montante de R\$ 165.606 (2018 – R\$ 167.392).

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de venda das commodities agrícolas, taxa de desconto, plano de colheita e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Para a cana-de-açúcar, as principais premissas adotadas pela Companhia na elaboração do cálculo do valor justo:

(i) O volume de produção de cana-de-açúcar a ser cortada (produtividade), medida em toneladas, e o nível de concentração de açúcar - ATR foram estimados considerando a produtividade média projetada do canavial por idade de corte;

(ii) Os preços de venda são determinados com base no preço médio do quilo do ATR - Açúcar Total Recuperável, publicado pelo Conselho dos Produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo – CONSECANA na data da demonstração financeira, adicionado a um bônus.

(iii) A produtividade é calculada por talhão de plantação, sendo que cada um possui uma especificidade em relação a solo, material genético, clima, etc, e;

(iv) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado do Grupo, o qual é revisado anualmente pela administração.

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Imobilizado

(a) Movimentações:

Custos	Edifícios	Máquinas e acessórios	Máquinas e implementos	Veículos	Móveis e equipamentos	Informática	Pastagens	Outras	Lavouras	Imobilizações andamentos	Total
	Em 31 de março de 2017	6.310	2.776	126.044	72.136	3.484	4.730	8.450	8.206	720.818	4.378
Aquisições		229	5.729	1.411	202	902		28	135.731		147.534
Baixas			(2.531)	(1.090)		(13)					(3.634)
Transferência							560	334			(894)
Em 31 de março de 2018	6.310	3.005	129.242	72.457	3.686	5.619	9.010	8.568	856.549	6.786	1.101.231
Aquisições		346	27.424	2.834	111	1.122		13	137.343		172.534
Baixas			(6.963)	(1.988)	(5)	(163)	(2)	(285)			(9.406)
Transferência							2.766	3.626			(6.392)
Em 31 de março de 2019	6.310	3.351	149.703	73.303	3.792	6.578	11.774	11.922	993.892	3.735	1.264.359
Depreciação											
Em 31 de março de 2017	(2.636)	(1.490)	(49.283)	(35.916)	(1.680)	(3.641)	(5.328)	(4.275)	(419.782)		(524.031)
Adição	(255)	(274)	(14.864)	(5.653)	(321)	(597)	(575)	(691)	(82.294)		(105.524)
Baixas			2.468	1.023		6					3.497
Em 31 de março de 2018	(2.891)	(1.764)	(61.679)	(40.546)	(2.001)	(4.232)	(5.903)	(4.966)	(502.076)		(626.058)
Adição	(252)	(314)	(15.503)	(5.322)	(321)	(576)	(604)	(833)	(88.672)		(112.398)
Baixas			6.894	1.539	5	29					8.467
Ajuste depreciação											
Em 31 de março de 2019	(3.143)	(2.078)	(70.288)	(44.329)	(2.317)	(4.779)	(6.507)	(5.799)	(590.748)		(729.989)
Taxas médias de depreciação	4,00%	10,00%	10,50%	15,80%	10,00%	20,00%	10,00%	10,00%	25,00%		
Saldo líquido em 31 de março de 2018	3.419	1.241	67.562	31.911	1.685	1.387	3.107	3.602	354.473	6.786	475.173
Saldo líquido em 31 de março de 2019	3.167	1.273	79.415	28.974	1.475	1.799	5.267	6.123	403.144	3.735	534.370

Em 2019, as imobilizações em andamentos referem-se a obras de benfeitorias nos edifícios e formação de florestas (reserva ambiental).

A vida útil dos ativos imobilizados da Companhia, objeto de cálculo da depreciação reconhecida no resultado do exercício, encontra-se revisada em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado.

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outras informações

Em 31 de março de 2019, aproximadamente R\$ 48.840 (2018 - R\$ 41.026) de bens do ativo imobilizado encontravam-se gravados em garantia, e são representados em sua grande maioria por máquinas agrícolas e veículos.

A administração da Companhia avaliou e não identificou a necessidade de registro de provisão para redução desses ativos ao valor de recuperação em 31 de março de 2019 e 2018.

18 Fornecedores

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores	<u>17.892</u>	<u>18.259</u>
	<u>17.892</u>	<u>18.259</u>

Referem-se a títulos a pagar para fornecedores, pelas compras de insumos e materiais utilizados para produção agrícola.

19 Empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos, todos em moeda nacional, é a seguinte:

<u>Modalidade</u>	<u>Indexador</u>	<u>Taxa de juros ao ano</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
BNDES Automático	Selic	SELIC+3,36%	jul/21	9.715	13.043
BNDES Finame	URTJLP	URTJLP+4,76%	abr/22	958	1.387
BNDES Finame	Selic	Selic+5,07%	abr/22	479	614
BNDES Finame	Pré	8,99%	mai/24	47.286	38.736
BNDES Plantio	URTJLP	URTJLP + 2,89%	jul/21	24.542	37.732
BNDES Plantio	Pré	5,50%	set/21	8.218	16.389
CCE	CDI	DI + 1,57%	mar/19		65.891
CCE	CDI	DI + 1,86%	fev/25	69.330	
CPR-F	CDI	DI + 1,96%	mar/25	118.709	13.026
CPR-F	Pré	9,85%	jul/18		10.190
CPR-F	CDI	DI +1,40%	mar/19		20.086
CRA	CDI	DI+1,40%	dez/20	65.463	81.910
CRA	Pós	102% DI	nov/22	102.234	101.995
Crédito Rural	Pré	7,50%	abr/20	24.285	27.337
FCO	Pré	9,35%	mar/23	15.671	35.055
LEASING	Pré	18,27%	dez/19	117	224
PESA	IGP-M	IGP-M+ 4,66%	abr/23	1.654	1.914
Securitização	IGP-M	IGP-M + 3,00%	out/18		2.518
				<u>488.661</u>	<u>468.045</u>
			Circulante	<u>(159.113)</u>	<u>(150.946)</u>
			Não circulante	<u>329.548</u>	<u>317.099</u>

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição por vencimentos:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
2020		138.782
2021	158.744	104.418
2022	73.795	50.611
2023	45.031	17.218
2024	29.316	6.070
2025	22.662	
	<u>329.548</u>	<u>317.099</u>

Reconciliação da dívida líquida

	<u>Empréstimos bancários</u>	<u>Caixa e equivalentes</u>	<u>Dívida líquida</u>
Dívida líquida em março 2017	421.615	(52.282)	369.333
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Obtenção de empréstimos	256.941		256.941
Pagamento de empréstimos	(208.215)		(208.215)
Pagamento de juros	(39.665)		(39.665)
Caixa e equivalente de caixa consumidos		(9.177)	(9.177)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa			
Juros provisionados	37.369		37.369
Dívida líquida em março 2018	468.045	(61.459)	406.586
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Obtenção de empréstimos	259.411		259.411
Pagamento de empréstimos	(230.706)		(230.706)
Pagamento de juros	(44.452)		(44.452)
Caixa e equivalente de caixa consumidos		10.496	10.496
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa			
Juros provisionados	36.363		36.363
Dívida líquida em março 2019	<u>488.661</u>	<u>(50.963)</u>	<u>437.698</u>

20 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de março de 2019, a Companhia possui R\$ 1.139 (2018 – R\$ 227) de instrumentos financeiros derivativos relacionados à contratos de *swap* de taxa de juros que estão reconhecidos pelo valor justo no passivo. Os valores de referência (notional) desses contratos em aberto em 31 de março de 2019, totalizavam USD 14.884 mil (2018 – USD 6.017 mil).

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição				2019	2018
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
<i>Swaps</i>					
Ponta passiva	10.457	18.658	31.316	60.431	20.313
Ponta ativa	(10.357)	(18.024)	(30.911)	(59.292)	(20.086)
Valor justo	<u>100</u>	<u>634</u>	<u>405</u>	<u>1.139</u>	<u>227</u>

21 Provisão para contingências

	2019	Movimentação	2018	Movimentação	2017
Tributárias (a)	99	7	92	1	91
Cíveis (b)	3.933	240	3.693	(18)	3.711
Trabalhistas (c)	<u>8.834</u>	<u>(1.559)</u>	<u>10.393</u>	<u>(1.912)</u>	<u>12.305</u>
	12.866	(1.312)	14.178	(1.929)	16.107
(-) Depósitos judiciais	<u>(5.607)</u>	<u>(351)</u>	<u>(5.256)</u>	<u>(603)</u>	<u>(4.653)</u>
Total líquido	<u>7.259</u>	<u>(1.663)</u>	<u>8.922</u>	<u>(2.532)</u>	<u>11.454</u>

(a) Tributárias

Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas às questões tributárias do exercício, ou exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva desse tema no Brasil. As leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação.

Entretanto, com base na opinião de seus consultores jurídicos, a administração da Companhia é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas pela empresa têm sido pagas ou provisionadas adequadamente.

A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos. Não é esperado nenhum outro passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados, os quais referem-se, substancialmente, a ação relativa ao Instituto Nacional de Seguridade Social

(b) Cíveis

Referem-se a ações e procedimentos cíveis, referentes a pedido de indenização.

(c) Trabalhistas

Referem-se a reclamações trabalhistas movidas por ex - colaboradores e terceiros.

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2019, o montante de contingências avaliado pela administração como perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos, é de R\$ 3.355 (2018 – 2.045), sendo R\$ 3.127 relativo a reclamações trabalhistas (2018 – R\$ 1.845) e R\$ 228 de cíveis (2018 – R\$ 200).

22 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia registra os créditos e débitos de imposto de renda (“IR” - alíquota 25%) e contribuição social (“CS” - alíquota 9%), correspondentes à totalidade das diferenças temporárias entre os registros fiscais e contábeis e sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. Considera a análise de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudos elaborados com base em premissas internas e externas e em atuais cenários macroeconômicos e comerciais aprovados pela administração da Companhia.

	Créditos		(Débitos)		Saldos	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
IR e CS diferidos alíquota de 34%						
Prejuízo fiscal (IR) e base negativa (CS)	175.606	146.539			175.606	146.539
Provisão para contingências	4.374	4.821			4.374	4.821
Outras	192	360	(388)	(276)	(196)	83
Provisão de receita			(7.876)	(4.421)	(7.876)	(4.421)
Ativo biológico			(59.930)	(56.556)	(59.930)	(56.556)
Ajuste a valor presente empréstimo			(493)	(428)	(493)	(428)
Ajuste da reavaliação da vida útil			(24.252)	(24.923)	(24.252)	(24.923)
Depreciação incentivada a realizar (i)			(149.109)	(125.978)	(149.109)	(125.978)
	<u>180.172</u>	<u>151.719</u>	<u>(242.049)</u>	<u>(212.583)</u>	<u>(61.877)</u>	<u>(60.863)</u>

(i) Oriundos do benefício da depreciação acelerada incentivada para companhias agrícolas. São realizados, substancialmente, em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados.

(b) Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social:

	2019	2018
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(6.726)	(49.939)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
	2.287	16.979
Reconciliação para a taxa efetiva:		
Prejuízos fiscais não reconhecidos	(2.521)	
Outras	<u>(779)</u>	<u>(1.457)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(1.013)</u>	<u>15.522</u>

23 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social totalmente integralizado é representado por 287.426.864 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no montante de R\$ 287.427 (2018 – R\$ 234.115).

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reserva de lucros

Legal: calculada na base de 5% do lucro líquido do período, antes de qualquer destinação e não excederá a 20% do capital social, nos termos da Lei nº 6.404/76.

A serem destinados: a destinação do saldo da reserva de lucros a serem destinados é definida em Assembleia Geral Ordinária.

(c) Destinação do resultado

De acordo com o estatuto social da Companhia, o resultado do exercício encerra-se em 31 de março de cada ano, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda e da contribuição social. Deste, serão deduzidas, observados os limites legais, as participações nos lucros eventualmente concedidas aos seus administradores por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, que somente aprovará a distribuição de tais participações em até 25% do lucro líquido, após a dedução da reserva legal.

(d) Aumento de capital

De acordo com Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 15 de janeiro de 2019, foi aprovado o aumento de capital correspondente a R\$ 53.312, com a capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital.

24 Receita líquida

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Cana-de-açúcar	345.262	349.709
Soja	25.337	12.791
Outros	10.608	2.927
(-) Tributos sobre venda	<u>(8.222)</u>	<u>(10.832)</u>
Total da receita operacional líquida	<u><u>372.984</u></u>	<u><u>354.594</u></u>

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Despesas e custo dos produtos vendidos, por natureza

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Remuneração do pessoal (i)	(117.633)	(121.313)
Serviços e manutenções	(52.193)	(58.380)
Materiais e insumos	(59.586)	(60.686)
Impostos e taxas	(5.189)	(5.246)
Depreciação e amortização	(112.398)	(105.535)
Serviços sociais e benefícios	(16.658)	(16.120)
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>2.574</u>	<u>(257)</u>
	<u>(361.083)</u>	<u>(367.537)</u>
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(336.332)	(355.173)
Despesas gerais e administrativas	(27.128)	(25.579)
Reversões para contingências	1.312	1.929
Participação de funcionários	(3.539)	(3.727)
Outras receitas operacionais, líquidas (ii)	<u>4.603</u>	<u>15.013</u>
	<u>(361.083)</u>	<u>(367.537)</u>

(i) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração dos principais administradores, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado e reconhecido contabilmente como despesa na safra foi de R\$ 1.572 (2018 - R\$ 1.450). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em participações societárias.

(ii) Outras receitas operacionais – venda de ações

Durante o exercício findo em 31 de março de 2018, a Companhia possuiu ações ordinárias da Rumo Logística (RLOG3 ON), que foram integralmente vendidas entre dezembro de 2017 a março de 2018, gerando um ganho bruto no montante de R\$ 11.650, registrado em “Outras receitas operacionais líquidas”.

Agroterenas S.A. Cana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Resultado financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicações financeiras	1.684	2.499
Resultados com instrumentos financeiros derivativos, líquido	1.485	1.094
Outros	460	2.393
	<u>3.629</u>	<u>5.986</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(30.365)	(29.134)
Juros diversos	(806)	(1.740)
Variações cambiais, líquida	(283)	(213)
Outros	(901)	(730)
	<u>(33.267)</u>	<u>(32.724)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(29.638)</u>	<u>(26.738)</u>

27 Compromissos

Contratos de venda para entrega futura

Em 31 de março de 2019, a Companhia possui os seguintes compromissos:

- (i) Fornecimento de cana-de-açúcar para a Raízen S.A. (unidades Maracá e Paraguaçu Paulista) até o término da safra 2029/2030, correspondentes a, aproximadamente, 3,8 milhões de toneladas por safra.
- (ii) Compromisso firmado de fornecimento de cana-de-açúcar até o término da safra 2026/2027, para a Usina Eldorado S.A. (Atvos – Polo de Mato Grosso do Sul), correspondentes a, aproximadamente, 1,1 milhão de toneladas com produção estabilizada.
- (iii) Compromisso firmado de fornecimento de cana-de-açúcar, para Cocal – Comércio e Indústria de Açúcar e Alcool Ltda. até dezembro de 2019, correspondentes a, aproximadamente, 50 mil toneladas.

28 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2019, a Companhia possuía a seguinte cobertura conforme apólices de seguros:

Bens segurados:	Máquinas e equipamentos agrícolas
Riscos cobertos:	Equipamentos Móveis com Roubo/Furto, danos elétricos - Todo dano externo no equipamento.
Validade da apólice:	17/04/2018 a 19/04/2019, renovada até 18/04/2020.
Valor de cobertura:	R\$ 37.069

* * *